



ENTRELAÇAMENTOS ENTRE TEORIA E PRÁTICA: AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Danielle Vitória Pessoa de Sales Santos ¹
Thaís Oliveira de Souza ²

RESUMO

Este estudo teve o objetivo principal de refletir sobre a Educação das Relações Étnico-Raciais na Educação Infantil, considerando as possibilidades e limitações encontradas em uma experiência de estágio e projeto de monitoria. Para tal elencamos os seguintes objetivos específicos: realizar uma revisão bibliográfica sobre os temas de Educação das Relações Étnico-Raciais e Educação Infantil; relatar a experiência em estágio e em projeto de monitoria; discutir acerca das limitações e possibilidades do trabalho com a Cultura e História Afro-brasileira no contexto da Educação Infantil estudado. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de cunho bibliográfico. Este estudo é importante para análise e reflexão a respeito de como estão sendo abordadas as temáticas étnico raciais nas escolas de educação básica, visto que a Lei nº 10.639 enfatiza a obrigatoriedade desses conhecimentos em sala de aula com o intuito de promover a descolonização dos currículos escolares, possibilitando às crianças negras a construção de uma identidade positiva e empoderada de seus corpos e cultura desde a educação infantil. Somado a isso, a necessidade de refletir a respeito dos desafios que os estagiários estão enfrentando ao levar o tema em questão para as salas de educação infantil. E como a monitoria pode possibilitar aprendizagens que beneficiem na construção de conhecimentos significativos entre teoria e prática para a promoção de estratégias do ensino de uma educação de qualidade antirracista mediante aos empasses do percurso.

Palavras-chave: Étnico-racial, Educação Infantil, Estágio, Monitoria, Educação antirracista.

INTRODUÇÃO

O presente artigo buscou refletir a respeito da Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) na Educação Infantil (EI), considerando as possibilidades e limitações encontradas em uma experiência de estágio, e discussões acerca da temática na vivência em monitoria. A monitoria ocorreu no componente curricular Corpo, Ambiente e Educação, no curso de Pedagogia Licenciatura na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). A discussão se dá a partir da reflexão de que modo a experiência vivenciada enquanto monitora possibilita uma aprendizagem significativa para o futuro(a) pedagogo(a) atuar no estágio obrigatório da EI,

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, danielle.santos@academico.ufpb;

² Professora orientadora: Doutora em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista – UNESP/Assis, Professora do Departamento de Fundamentação da Educação, Universidade Federal da Paraíba – UFPB, thais.oliveira@academico.ufpb.br.



junto a temáticas voltadas para a EREER e estando exposto(a) a uma diversidade de possibilidades e desafios que poderá enfrentar na EI.

A monitoria oferta momentos de interação entre educandos e educadores em que o (a) monitor (a) tem sua primeira experiência na profissão docente, visto que ele (a) está com o professor (a) nas aulas, discute a partir das temáticas a serem ofertadas na disciplina, auxilia os estudantes a respeito das dúvidas referente as atividades. Ou seja, é importante para o desenvolvimento da autonomia discente, mediante as trocas de conhecimentos que o programa oferece.

A disciplina em questão, fornece temáticas a respeito da diversidade dos corpos e culturas que estão inseridos nos espaços escolares; como são as interações entre o sujeito e o ambiente; as crianças nos espaços educacionais e o currículo. Com isso, surgiram os questionamentos em como está sendo realizado o trabalho com a História e Cultura Afro-Brasileira na EI, visto que de acordo com Gomes (2012) ainda há inúmeras lutas e desafios para descolonizar os currículos escolares, pois a grade curricular das escolas de educação básica ainda não abarca a necessidade e realidade da população negra que luta a favor de mudanças na sociedade e nos currículos. Mesmo com a implementação da Lei 10.639, na qual discorre sobre o estudo da História e Cultura Afro-brasileira na educação básica, não cessaram as adversidades do povo negro perante o racismo estrutural e institucional presente no Brasil que invisibiliza e agride seus corpos.

Assim sendo, o trabalho é importante para incitar a reflexão a respeito de quais desafios os estudantes estagiários estão enfrentando dentro das instituições educacionais, para efetivar a aprendizagem significativa das crianças pequenas nas temáticas que envolvem o corpo e cultura negra, com o intuito de implementar uma educação antirracista e fomentar a construção identitária positiva dos indivíduos negros inseridos nesses ambientes.

Dessa forma, através da pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico buscamos discorrer e refletir sobre a EREER na educação Infantil, considerando uma experiência em estágio supervisionado. Inicialmente será exposta a discussão sobre concepções de racismo e as leis que abarcam a temática com o aporte teórico da EI e EREER. Logo após, traremos reflexões sobre a monitoria e experiência em estágio referente às possibilidades e limitações encontradas e o que pode ser realizado a partir da realidade que se encontra nas instituições.

METODOLOGIA



O trabalho em questão trata-se de uma pesquisa qualitativa, com aporte bibliográfico. De acordo com Minayo (1993) o universo de pesquisas qualitativas busca refletir os fenômenos por meio de significados, subjetividades e relações humanas.

Em busca de arsenal teórico que nos possibilitasse o alcance de nossos objetivos foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre os temas da Educação para as Relações Étnico-raciais, Educação Infantil e a categoria Corpo. A investigação foi realizada bibliograficamente através das leis 10.639 e 11.645, como também concepções de autores como Almeida (2019) ao discorrer sobre o racismo, Gomes (2012) e o currículo escolar e teóricos debatidos nas aulas em monitoria, o Neuenfeldt e Mazzarino (2016) ao enfatizar a importância da educação experiencial e Le-Breton (2007) discutindo a respeito dos corpos. A disciplina em questão possui 60 horas de carga horária e intitula-se Corpo, Ambiente e Educação (CAE). A experiência no estágio obrigatório ocorreu no ano de 2023 em um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) que se localiza na cidade de João Pessoa - PB. O CMEI atende crianças de faixa etária de 0 a 5 anos de idade, ou seja, creche e pré-escola. A turma na qual ocorreu a experiência de estágio possui crianças de dois a três anos (maternal I), contendo três profissionais responsáveis.

REFERENCIAL TEÓRICO

A escravidão passou a ser considerada crime no Brasil, em tese, há 135 anos quando a princesa Isabel em 13 de maio de 1888, assinou a lei Áurea que determinou a abolição da escravatura no Estado brasileiro. Algo primordial para esse feito foram todos os anos de muita luta da população negra perante a violência, descaso e marginalização da sua cor, que buscavam a liberdade e a dignidade por tanto tempo roubada. Contudo, não houve a promoção de políticas públicas para dar assistência à população que acabara de ser cativa, e foram jogados à própria sorte sem moradia, trabalho, alimentação, educação, ou seja, todas as necessidades humanas básicas. A escravidão chegou ao fim legalmente, mas o poder hegemônico perpetuou nas mãos dos homens brancos e conseqüentemente o preconceito e o racismo que perdurou e perdura até os dias atuais.

Segundo Almeida (2019) existem várias ideias sobre racismo e o mesmo dividiu-as em: individual, institucional e estrutural. A individual consiste na concepção que a discriminação é voltada apenas ao indivíduo ou em algum coletivo isolado. “Sob este ângulo não haveria



sociedades ou instituições racistas, mas indivíduos racistas, que agem isoladamente ou em grupo.” (Almeida, 2019, p. 25).

A concepção institucional discute o racismo nas instituições, partindo do pressuposto que o racismo também está presente nos locais que compõem a sociedade como em escolas, igrejas, empresas e entre outros. É importante destacar que são as instituições, as quais ditam regras e condutas para viver em sociedade.

Assim, a desigualdade racial é uma característica da sociedade não apenas por causa da ação isolada de grupos ou de indivíduos racistas, mas fundamentalmente porque as instituições são hegemônicas por determinados grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos. (Almeida, 2019, p. 27).

De acordo com Almeida (2019) o racismo estrutural contempla o individual e o institucional na sua maior versão de discriminação, por meio da estrutura e suas interações.

As instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos. Dito de modo mais direto: as instituições são racistas porque a sociedade é racista. (Almeida, 2019, p. 31).

Seguindo a perspectiva do autor, em um meio social que o racismo está presente no dia a dia, instituições que não problematizam e refletem criticamente sobre a discriminação racial ou qualquer desigualdade, seja ela qual for, irão reproduzir o preconceito já existente socialmente. Dessa forma, com o intuito de reparar historicamente a desigualdade racial existente no Brasil, foi implementada em 2003 a Lei 10.639.

Após anos de luta e resistência do movimento negro, em 2003 foi alterada as Leis de Diretrizes e Bases na Educação (LDB), Lei 9.394/96. De acordo com a implementação da Lei 10.639 de 2003 passou-se a vigorar obrigatoriamente nas escolas públicas e particulares o estudo da Cultura e História Afro-Brasileira e Africana no ensino fundamental e médio. Como também em 2008 foi sancionada a Lei 11.645 que torna obrigatório o ensino da cultura indígena nas instituições de ensino.

Levando em consideração a necessidade de discutir esses conhecimentos em sala de aula, os professores necessitam de formação que contemple as temáticas em questão. “Nesse processo, a superação da perspectiva eurocêntrica de conhecimento e do mundo torna-se um desafio para a escola, os educadores e as educadoras, o currículo e a formação docente.” (Gomes, 2012, p. 107).



Contudo, atualmente não são todas as universidades que possuem disciplinas obrigatórias que debatem a temática, como é o caso da UFPB, na qual possui a disciplina Educação das Relações Étnico-Raciais de forma optativa na grade curricular, ou seja, nem todos os estudantes da licenciatura em Pedagogia optam por cursá-la.

Sabemos que somado a isso, existem profissionais docentes na universidade que reconhecem a necessidade de mudanças no currículo das instituições de ensino e buscam inserir as temáticas étnico-raciais nas disciplinas ministradas, como a disciplina da monitoria CAE. Porém, é de se destacar que a não obrigatoriedade da abordagem da temática acaba por comprometer o seu efetivo trabalho.

Tendo em vista que o ambiente escolar reproduz todas as camadas de discriminação e preconceitos mediante as relações pré-estabelecidas na sociedade, na Educação Infantil também se perpetua essas violências. Pois, é na EI que as crianças iniciam suas interações, formas de brincar e construção de sua identidade.

Então, é preciso perpassar pelas temáticas raciais desde crianças pequenas para que elas compreendam a diversidade étnica, social e cultural existente no nosso meio. Como também, as crianças negras possam empoderar-se e construir relações de afeto e respeito por seus corpos, contemplando sua cor, traços e cabelos.

Porém, refletindo a partir do que foi exposto acima, pode-se observar que é defasada a aprendizagem dos estudantes do curso, então como esses futuros professores e professoras podem mediar a aprendizagem étnico-racial nas salas de referência da EI e nas salas de aulas do Ensino Fundamental (EF)?

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O relato de experiência a partir do componente CAE referente a temática diversidade dos corpos, refletiu sobre as experiências que esses atravessam no meio que estão inseridos e como o corpo pode limitar os sujeitos, tornando-os excluídos. Ou seja, seguindo o contexto histórico do Brasil, os corpos discriminados e invisibilizados são os corpos das pessoas negras, tendo em vista toda a carga de racismo que esse carrega consigo. Segundo Le-Breton (1953, p. 11) é preciso tornar o corpo um lugar de inclusão e não de exclusão. Não o utilizá-lo para separar os sujeitos, mas sim conectar a todos, unir uns aos outros.

Compreendendo essa concepção e de acordo com o dia a dia no estágio, pode-se observar as relações estabelecidas na sala de referência que possuíam 20 crianças entre dois e



três anos de idade com 3 responsáveis: professora, auxiliar e cuidadora. No qual no ano de 2023 em abril, estavam realizando um projeto sobre os povos originários, uma das atividades consistiu na colagem de algumas figuras (que não eram suficientes para todas as crianças colarem) representando os povos indígenas e onde eles moravam. Observou-se duas problemáticas, a primeira remete-se à generalização dos povos indígenas e como eles se organizam culturalmente, não mediando esses conhecimentos de forma pluricultural, os resumindo apenas um único povo e a segunda questão é que a atividade além de não possuir conhecimento significativo para as crianças, nem todas elas puderam visualizar e colar as imagens, ou seja, não foi planejada para todos experienciarem a atividade.

A partir desse momento pode-se refletir sobre as futuras regências no estágio e em como abarcar todas as crianças a partir de uma vivência significativa que explorasse seus corpos, suas individualidades, corporeidade e interação.

No mês de junho foi levado para a sala de referência o livro da Valéria Belém, chamado O Cabelo de Lelê no qual fala a respeito de uma menina preta de cabelos cacheados que não gostava do seu cabelo, porém logo após ler um livro explicando toda a simbologia da ancestralidade negra ela iniciou o processo de autoaceitação e amor-próprio. Ao levar essa história o objetivo era fazer com que as crianças observassem seu corpo, cabelos e traços com amor e afeto. Logo após a contação, eles iriam para a área externa a sala e iriam pegar tintas com o intuito de realizar a pintura corporal em todo o seu corpo para explorar-se e conhecer-se. Entretanto, foi impossibilitado pois as crianças não podiam “*se sujar tanto*” e nem sair da sala naquele momento.

Então, naquele dia foi impedido que as crianças realizassem o ato de experienciar a vivência. De acordo com Neuenfeldt e Mazzarino (2016, p. 13) a experiência se dá por meio do corpo, esse deve estar aberto às diferentes situações ao sentir, cheirar e tocar, atrelada às subjetividades de cada indivíduo. A proposta para o estágio, era fazer com que as crianças pudessem observar, cheirar, sentir a textura em seu corpo, porém foi impossibilitava devido ao contexto em que elas se encontram.

A Base Nacional Comum Curricular (2017) que atualmente no Brasil é um dos principais documentos que rege a educação básica, possui dois eixos estruturantes que são as interações e brincadeiras, seguidos de seis direitos de aprendizagem: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Tendo em vista os fatos supracitados, as atividades propostas pela estagiária para mediar práticas educativas antirracistas intercalando com as ideias do experienciar na EI sofreu obstáculos ao pôr em prática o plano de atividades. Ou seja, os entrelaçamentos entre a teoria e a prática em que ambas são indissociáveis são repletas de



diferentes desafios nas instituições-campos, sejam por escassez de estrutura adequada, falta de materiais, obstáculos perante as profissionais que são responsáveis pelas salas referência, ou projetos planejados de forma errônea por coordenação e gestão, perpetuando estereótipos, incitando os preconceitos e perpetuando a discriminação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como exposto acima, pode-se concluir que o currículo é um local de muitas disputas no Estado brasileiro. Tanto da educação básica, quanto no ensino superior possuem problemáticas a respeito do embranquecimento de ambientes que deveriam prezar pela diversidade cultural e étnica no país. Na universidade não estão capacitando os profissionais adequadamente para debates essenciais nas nossas instituições educativas, consequentemente ocorre a reprodução de preconceito e discriminação racial. Como também, impossibilitando os estagiários a colocarem suas ideias, didáticas e metodologias em prática na sala de referência. Além de não colaborar com a mediação das regências, não permitem a realização delas em sua completude.

A vivência em monitoria possibilitou a compreensão da diversidade nos ambientes educativos, refletir e problematizar quais são os corpos invisibilizados na sociedade, na ideia de educação por meio da experiência e o quão é importante promovê-la para as crianças e como promover um ambiente no qual a criança seja o centro do desenvolvimento significativo, reconhecendo seus corpos como local de aprendizado e descoberta, possibilitando a corporeidade e interação consigo e com o outro, conhecendo o seu corpo e construindo sua identidade de forma positiva.

A monitoria também possibilitou uma relação de afeto e cumplicidade entre monitora e a professora-orientadora, sendo uma vivência repleta de aprendizado. O trabalho em equipe juntamente com os referenciais, abriu um leque de novos conhecimentos e um novo olhar mediante a profissão docente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo. Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BELÉM, Valéria. **O Cabelo de Lelé**. Companhia Editora Nacional, 2012.



BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular - Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.** Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf>. Acesso em: 17 de outubro de 2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996.** BRASIL. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 18 de outubro de 2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 10.639/2003.** BRASIL. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 20 de outubro de 2023.

GOMES, Nilma Lino. **Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos.** Currículo sem Fronteiras, v.12, n.1, pp. 98-109, Jan/Abr 2012.

LE BRETON, David. **A Sociologia do Corpo.** Rio de Janeiro. 2 ed. Editora Vozes, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Teoria, método e criatividade.** 21 ed. Editora Vozes, 1993.

NEUENFELDT, Derli Juliano; MAZZARINO, Jané Marcia. **O corpo como lugar onde a experiência da educação ambiental nos toca.** Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient. E-ISSN 1517-1256, v. 33, n.1, p. 22-36, jan./abr., 2016. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/download/5309/3592/0>. Acesso em: 17 de novembro de 2023.